

A atuação da Corregedoria Nacional de Justiça

Eliana Calmon*



“Lamentavelmente as metas de produtividade traçadas pelo CNJ não estão sendo cumpridas pelos tribunais, muitos dos quais estão com o serviço de cartório no primeiro grau inteiramente sucateado, sem que os juízes tenham condições mínimas de trabalho. Esta é a mais dolorosa realidade da Justiça brasileira, não adianta cobrar se é impossível exigir mais trabalho.”

Revista: Qual o balanço que a senhora faz acerca de sua gestão na Corregedoria Nacional de Justiça? Poderia mencionar os resultados que obteve no combate ao nepotismo? E quanto às metas de produtividade? Elas superaram as suas expectativas?

Eliana Calmon: Após dezoito meses à frente da Corregedoria Nacional posso dizer que consolidei como prática o auxílio aos tribunais, orientando-os e com eles estabelecendo rotinas para melhorar o funcionamento da Justiça. Posso mencionar, por exemplo:

a) os mutirões realizados nos TRFs da 3ª e 1ª Regiões, assoberbados de processos, sem conseguirem cumprir a Meta 2, considerada prioritária para o CNJ, sendo julgados milhares de processos. Em São Paulo, por exemplo, foram julgados 100 mil e em Brasília, até agora, mais de 40.000 processos; mutirão na vice-presidência do TRF da 5ª Região onde havia acúmulo de processos para admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários; mutirões nas Varas de Execução Penal, muitas das quais em completa desorganização e inviabilidade, como ocorreu no Pará, Pernambuco e Espírito Santo;

b) criação ou organização do setor de precatório, cuja gestão se apresentava em absoluto descontrole,

existindo hoje um setor próprio e com os precatórios em ordem cronológica colocados nos sites dos Tribunais, como ocorreu em Tocantins, Alagoas, Piauí, Mato Grosso, Pernambuco e Ceará;

c) conciliações com vista a acabar com os processos do SFH já julgados, mas em fase de liquidação, em demandas intermináveis. O programa já arrecadou em um ano R\$ 354.978.296,00 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e seis reais) e extinguiu mais de 20.002 (vinte e mil e dois) processos;

d) o programa intitulado *Pai Presente*, o qual visa identificar os pais de crianças ou adultos em que a certidão de nascimento só registra o nome da mãe, conseguindo-se com as campanhas específicas, junto a cada Tribunal, um universo de mais de 9.396 (nove mil, trezentos e noventa e seis) registros. Caminha-se agora para estabelecer o programa como definitivo e automático, sem a necessidade de campanha;

e) o programa *Espaço Livre Aeroporto* foi um sucesso, com a providência das remoções dos aviões que, em sucata, há anos permaneciam nos aeroportos, sem solução da Justiça. Já podemos dizer que removemos todos os aviões de Congonhas, alguns do Galeão e outros de Guarulhos e até o mês de maio não teremos mais aviões apreendidos por ordem da Justiça nos aeroportos brasileiros. Ainda nesse programa estamos conseguindo que veículos blindados, quando apreendidos em tráfico, sejam de imediato liberados

* Ministra do STJ e Corregedora Nacional de Justiça.

pelos juízes para utilização da Justiça, o mesmo ocorrendo com os aviões. Já entregamos veículo blindado para o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em virtude de magistrado ameaçado. Temos hoje seis aviões a serem distribuídos, fora os que já entregamos para o TJ do Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por inspiração do programa *Espaço Livre*, publicamos em mídia eletrônica um Manual de Bens Apreendidos, estando em via de impressão 16 mil exemplares como cortesia da Infraero, porque o CNJ não se dispôs a publicar por falta de verba;

f) Com o programa *Justiça Plena* estamos monitorando o andamento de quase cem processos de grande repercussão social e já conseguimos ver julgados alguns deles que se eternizavam, muitos dos quais estava o Brasil respondendo perante o Tribunal Internacional. Assim, vimos julgados o processo de homicídio da Deputada Cecy Cunha e seus familiares, ocorrido há treze anos; o julgamento de um dos doze processos ligados a um grupo de extermínio no Ceará, dentre eles o *Caso dos Meninos do Supermercado Pague Menos*; o julgamento do caso de um menor assassinado por milícia. Fora os programas específicos de auxílio, temos avançado, na parte disciplinar, com as inspeções e correições, registrando-se 4 (quatro) inspeções iniciadas nos Tribunais de Justiça dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rio de Janeiro; além da revisão de inspeções em andamento em 14 (quatorze) tribunais, quais sejam, Tribunal de Justiça dos Estados de Tocantins, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, Alagoas, Pará, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Amapá. Paralisamos as inspeções patrimoniais por ordem do STF e por dois meses suspendemos todos os procedimentos disciplinares por força de liminar da Corte Maior, mas retomamos a partir deste mês, com a revogação da liminar e voltamos ao trabalho inspecionando o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Ainda na parte disciplinar, concluímos 34 (trinta e quatro) sindicâncias e levamos para julgamento 6.488 (seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) processos, dos quais ainda estão tramitando 2.758 (dois mil, setecentos e cinquenta e oito).

Com referência ao nepotismo, posso dizer que está praticamente banido, mas não erradicado. Quando assumi em 2010, encontrei duas esposas de desembargadores trabalhando no tribunal de um determinado Estado. Estabeleci trinta dias para saírem e elas recorreram ao STF, buscando uma liminar, sob a tese do direito adquirido. O processo foi distribuído à Ministra Carmem Lúcia, que deu um banho de cidadania na sua decisão, arrasando a tese. As esposas

foram tiradas e colocadas em cargos em comissão no Tribunal de Contas do mesmo Estado. Pediram-me providência e eu disse: “nada posso fazer, contra a falta de cidadania só a cultura resolve e esta só chega com o tempo”. Disse também, “se me disserem haver nepotismo cruzado eu adoto as providências”. Não havia. A motivação foi amizade e contra este tipo de patrimonialismo a Corregedoria Nacional nada pode fazer.

Muita coisa foi feita nestes poucos meses e, fazendo um balanço parcial, creio que até agora temos um bom resultado.

Lamentavelmente as metas de produtividade traçadas pelo CNJ não estão sendo cumpridas pelos tribunais, muitos estão com o serviço de cartório no primeiro grau inteiramente sucateado, sem que os juízes tenham condições mínimas de trabalho. Esta é a mais dolorosa realidade da Justiça brasileira, não adianta cobrar se é impossível exigir mais trabalho. Tenho encontrado em alguns Estados armários repletos de sentenças prolatadas, inclusive da Meta 2, sem que o juiz tenha servidor para registrar e publicar os julgados.

No ano passado, precisamente no mês de dezembro, estabeleci algumas metas para as corregedorias e, assim, pretendo dar a elas, na medida do possível, uma estrutura adequada, com autonomia administrativa e financeira para não ficar o corregedor nas mãos da presidência.

Sou muito arrojada e tenho sempre a sensação de que podemos fazer mais e melhor, assim sendo, nunca consegui superar as minhas expectativas, pois elas são bem mais ambiciosas do que o possível para uma realidade difícil como é a de gestão do Poder Judiciário brasileiro.

Revista: A autonomia financeira dos tribunais estaduais foi efetivada?

Eliana Calmon: Não, lamentavelmente, não. Alguns tribunais vivem na penúria e praticamente na dependência do Poder Executivo, o que é um erro terrível, pois tal situação favorece o conchavo espúrio, a subserviência malévola e, em última *ratio*, a corrupção.

Revista: Como saber se as normas estabelecidas pelo CNJ estão sendo cumpridas?

Eliana Calmon: Dentro do CNJ existe um programa de cobrança de metas e os tribunais devem alimentar o sistema colocando os seus números para avaliação e

classificação da produtividade; o sistema chama-se *Justiça em Números*.

Revista: Qual a sua análise acerca dos gastos públicos no que se refere ao Poder Judiciário? Primeiro, quanto à alegada falta de recursos para a concessão do aumento dos salários dos servidores públicos (fato que, inclusive, gerou um desconforto entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo) e, segundo, quanto à transparência dos gastos sob o ponto de vista administrativo?

Eliana Calmon: Em relação aos gastos o Poder Judiciário Estadual não é nada transparente e reina uma nuvem de fumaça em torno do que se gasta em cada Corte, quanto ganha cada desembargador, etc. Na administração Gilmar Mendes e Gilson Dipp tentou-se estabelecer no CNJ uma espécie de Sistema de Administração Financeira – SIAF, à semelhança do que já existe no Judiciário Federal, o que seria o primeiro passo para que se fizesse um controle efetivo. Lamentavelmente, não foi possível. Cada tribunal gasta como quer, dizendo-se em nome da sua autonomia e não obedece e nem quer obedecer aos limites constitucionais a que se submete, na área federal, até o STF. Dentro desse quadro é difícil opinar. Temos de nos organizar primeiro para depois discutir o tamanho da nossa receita e o valor dos nossos gastos.

Revista: Qual o significado da expressão *judicialização da política*, utilizada em várias outras oportunidades? E *politização da Justiça*?

Eliana Calmon: A partir da Constituição de 1988 o Poder Judiciário está autorizado a fazer cumprir a Carta Maior, independentemente de lei que esteja a regular o direito ou garantia ali inserido. Diga-se que este não é um privilégio do Brasil, mas a tônica de todos os países civilizados do mundo, porque o compromisso da nação está na sua Constituição. Assim sendo, se o magistrado, chamado a dizer o direito, não dispõe de uma lei que regulamente o dispositivo constitucional, cabe-lhe fazer cumprir a Lei Maior e, para isto, muitas vezes tem de agir politicamente. No passado a atuação do juiz era tímida e ele se limitava a cumprir o que estivesse na lei, ela era o seu compromisso. Hoje o compromisso do juiz é com a Constituição e com as políticas públicas nela inseridas. Tomemos como exemplo os remédios que devem ser fornecidos aos doentes que têm a assistência do SUS, mas não conseguem obtê-lo porque o Estado não providenciou a compra; a questão da hospitalização de emergência e a falta de hospital público

que se disponha a atender ao doente; a matrícula de crianças nas creches, já que a educação foi prometida a todos. Enfim, são situações que o magistrado deve solucionar a partir do regramento constitucional. Tal agir é judicial ou político? Respondo ser as duas coisas, pois não podemos desapartar a judicialização da política, entendendo-se esta como arte de governar.

Revista: Em entrevista recente, ao analisar o problema da falta de segurança dos magistrados, que constantemente recebem ameaças de morte, a senhora mencionou a necessidade de criação de um serviço de inteligência dentro dos tribunais. As Polícias Civil e Militar estão preparadas para cuidar da integridade física dos juízes?

Eliana Calmon: A questão de segurança no Brasil está caótica para todos, inclusive para as autoridades. Com referência à segurança dos profissionais que estão trabalhando em área de risco, hoje incluímos os magistrados, na medida em que a decisão judicial, após a CF de 1988, tem um peso social bem maior. Assim sendo, está o CNJ a realizar um trabalho sobre segurança da magistratura. Ainda não está pronto, mas já chegou o grupo a algumas conclusões: a) a polícia judiciária deve continuar a existir para dar segurança honorífica e patrimonial, mantendo a ordem e coibindo abusos durante o funcionamento dos prédios da Justiça, sendo absolutamente insuficiente e ineficaz para dar proteção aos magistrados que estão, efetivamente, em situação de risco; b) a colocação de escolta para magistrado em perigo é importante, mas não é suficiente quando há risco efetivo. Estes riscos são geralmente identificados pelo serviço de inteligência a cargo das Polícias Militar e/ou Federal, devendo-se incrementar cada vez mais a expansão delas neste campo para um apoio conjunto aos magistrados, independentemente de ser federal ou estadual; c) a Polícia Militar deverá continuar a fazer a segurança dos tribunais, mas de uma forma mais efetiva, ou seja, deve haver um setor de segurança que seja eminentemente técnico e não o tradicional setor onde são alocados militares da confiança pessoal do presidente do tribunal. Afinal, a segurança é do tribunal e não do presidente e, por isso, deve haver na Polícia Militar um batalhão especializado em segurança de autoridades, para trabalho conjunto e treinamento periódico com a Polícia Federal. O problema é muito sério se imaginarmos que, muitas vezes, é o juiz do Estado que julga o policial federal em suas demandas cíveis ou penais, quando se trata de crime comum. Muitas vezes, anos depois de um julgamento, o juiz encontra o policial para fazer a sua escolta. Aliás, tivemos caso de encontrar uma juíza cujo integrante de sua escolta

era um policial por ela processado e até com audiência marcada. Isto não pode acontecer e cabe a cada tribunal organizar a sua segurança. Não faz muito tempo os militares que estavam em tribunais eram desviados para fazer mandados domésticos, dirigir para madame, servir a visitantes não oficiais, sem a seriedade necessária. Enfim, há dentro do CNJ um grupo de trabalho que avança na realização de uma proposta arrojada.

Revista: Certa vez a senhora disse que a escolha de ministros de tribunais superiores é a mais democrática possível, porque passa pela análise dos três Poderes. A senhora pode explicar tal assertiva?

Eliana Calmon: A referência está absolutamente certa e eu disse o que penso até hoje, porque a escolha de um ministro para compor um tribunal superior, afora o STF, envolve a participação dos três Poderes da República e é neste sentido que a escolha é democrática. Os membros do tribunal escolhem os candidatos em lista tríplice, esta lista vai para escolha do presidente da República e o nome escolhido vai para aprovação do Senado Federal, ou seja, os três Poderes se envolvem com a escolha. É lindo e democrático no papel; na realidade, o que muda? A nossa cultura de compadrio e de favor. É de tal forma que, para atender a um pedido de um amigo, colocamos nomes nas listas que, se fosse uma seleção para a nossa empresa, jamais correríamos o risco. O que é privado é zelado, o que é público é para os amigos. Isto é a cultura de quatro séculos. A sorte é que já estamos melhorando um pouco. O primeiro sinal de mudança é uma ministra de tribunal superior, que se submeteu a tal processo, que fala livremente sobre ele e critica-o publicamente.

Revista: Algumas das representações apresentadas contra magistrados nas corregedorias dos tribunais e no CNJ têm o objetivo único e exclusivo de inviabilizar o trabalho dos juízes? Seriam elas apresentadas pelos *sabotadores* que a senhora já mencionou em outras oportunidades?

Eliana Calmon: Sim, sem dúvida, muitas vezes um bom juiz passa a ser perseguido pela pilantragem que usa a Justiça e encontra nele um óbice à obtenção de benesses. Nós corregedores devemos estar atentos para esta realidade. Como o magistrado forma o seu nome e a sua história profissional com atos e comportamento que se desenvolve ao longo do tempo de carreira, é fácil verificar as perseguições, sendo possível separar o joio do trigo. Na Corregedoria Nacional, por exemplo,

tomamos muito cuidado quando chega uma representação ou uma reclamação e não podemos nos impressionar com números. Houve caso de recebermos nada menos que quarenta e seis representações contra uma magistrada exemplar. Por quê? Porque ela era exemplar e não saía dos limites da lei, desgostando um segmento do mal.

Revista: O Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ foi devidamente implantado? Gerou bons resultados?

Eliana Calmon: Excelentes resultados. E me parece, no momento, ser o que podemos fazer para minorar uma situação preocupante. Não adianta projetos mirabolantes, alguns bastante viáveis, se contassem com o beneplácito das elites que, infelizmente, têm ouvidos moucos e olhos cegos para o grave problema da grilagem. Não podemos cruzar os braços. Vamos fazendo um trabalho de formiga, devagar e aos poucos. É um trabalho lento, mas o único possível. Alguns resultados já se fazem presentes, embora pequenos. É, em primeiro lugar, um trabalho de conscientização.

Revista: A senhora poderia narrar alguns dos fatos positivos que encontrou pelo País afora nesses quase dois anos de gestão?

Eliana Calmon: Para mim foi gratificante chegar em plena selva amazônica e encontrar um jovem juiz fazendo o seu trabalho, amado pela comunidade e identificado como uma verdadeira autoridade, em uma cidade onde só se chega de barco ou de hidroavião. Era um jovem com menos de trinta anos e que conseguiu com os presos da comarca levantar um prédio onde instalou o foro, com dignidade. Emocionei-me quando recebi a visita de um advogado que há seis meses chegou à Corregedoria para reclamar de um juiz corrupto que estava prestes a decretar a falência de uma pequena empresa em recuperação judicial, se não fosse aceita a sua extorsão. Adotei providências juntamente com a Corregedoria estadual; o juiz foi afastado e, no seu lugar, colocado um magistrado sério e competente que devolveu ao jurisdicionado a paz para tocar os seus negócios. Não poderia deixar de registrar que há um ano um presidente de um determinado tribunal procurou a Corregedoria para dizer que não iria continuar à frente dele, que estava com a folha de pagamento inchada e sem recursos para tocar o trabalho, principalmente na primeira instância. O tribunal estava classificado em último lugar em produtividade. Neste mês de fevereiro

o mesmo presidente comparece e mostra os resultados. Pela gestão, feita com garra e destemor, auxiliado pela Corregedoria Nacional, tudo foi sendo colocado nos lugares devidos e o resultado se refletiu imediatamente na produtividade do tribunal que no período de um ano avançou e está cumprindo as metas estabelecidas pelo CNJ. Por fim, não poderia deixar de registrar que, por falta de verba, estava a Corregedoria a ponto de desfazer um grupo de trabalho, eis que cortados os recursos para pagamento de diárias. Avisei que iríamos parar e os juízes, em coro, disseram que não parariam e dariam continuidade ao trabalho, porque era ele mais importante do que as diárias. Comprometeram-se a pagar do próprio bolso as despesas de hotel e alimentação.

Revista: O CNJ, como um órgão de controle, está consolidado? Pode haver ainda algum retrocesso nesse sentido?

Eliana Calmon: O CNJ é um órgão bastante novo e naturalmente procura se firmar dentro de um Poder que tem sérias restrições ao controle. Necessita, portanto, de muito cuidado e atenção por parte dos que nele acreditam. O órgão assumiu um grau de credibilidade tal que sua sociedade se apossou dele nos últimos meses e partiu para defendê-lo. Hoje, no Brasil, creio que nenhum brasileiro ignora a existência do CNJ. O povo está tomando conta, a imprensa está vigilante e o Congresso Nacional muito atento. Acho que não haverá retrocesso.